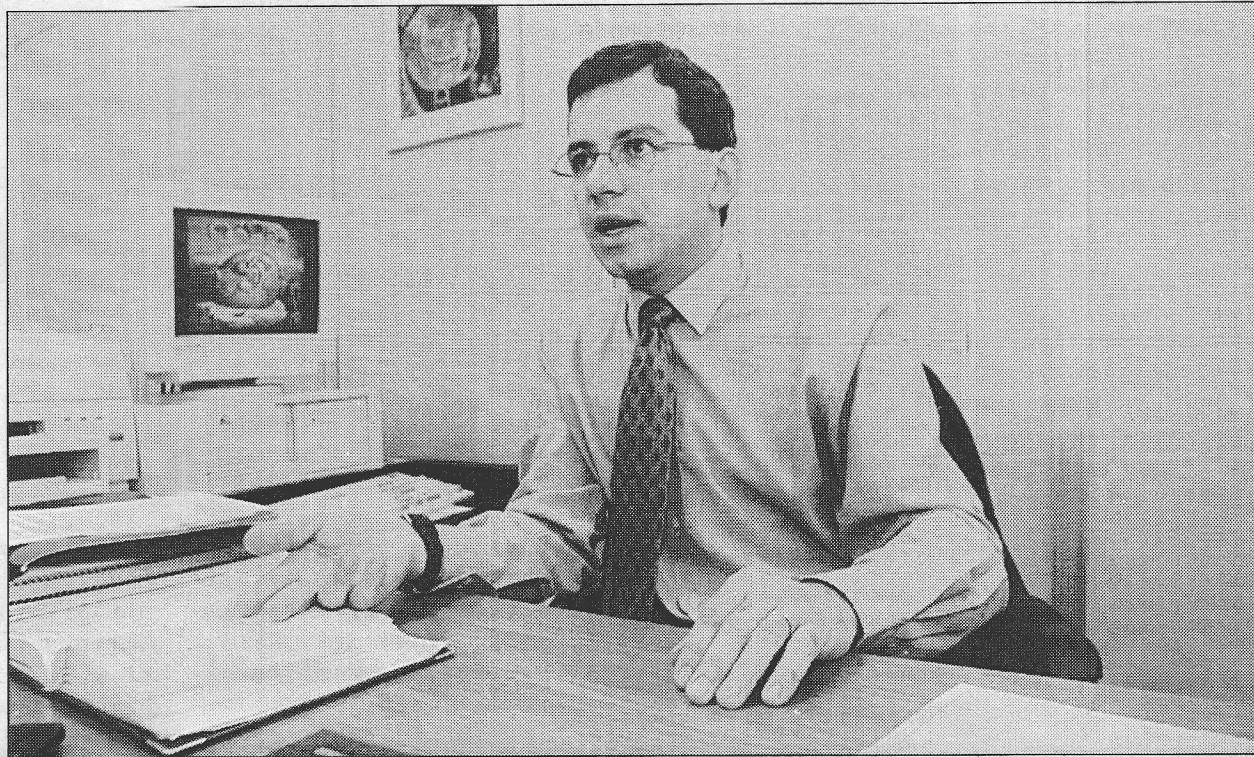


As novas diretrizes curriculares

Felipe Barra

As propostas das novas diretrizes curriculares para o ensino superior, em fase final de elaboração na Secretaria de Ensino Superior (Sesu), do Ministério da Educação (MEC), vão alterar bastante o que se aprende hoje nas faculdades brasileiras. A principal preocupação é acabar com a “camisa-de-força” dos atuais currículos mínimos, que desaparecerão. No lugar das listas de disciplinas obrigatórias, aparecem os conhecimentos e habilidades básicas que cada formando deve ter na sua área. De acordo com o gestor de políticas públicas do Sesu, Rubens Martins, o grande mérito dessas novas diretrizes será a flexibilização dos currículos, dando liberdade para que ca-



da faculdade escolha a melhor maneira para formar os seus estudantes e de atualizar o currículo sempre que achar necessário. Em entre-

vista ao caderno Educação do *Jornal de Brasília*, Martins fala sobre as principais modificações que ocorrerão no ensino de graduação, de-

pois que as propostas forem aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologadas pelo ministro Paulo Renato.

ormações que estavam fechadas numa grade pré-determinada, com as novas diretrizes, uma vez que não se fala mais em disciplinas, mas se fala em grandes tópicos de estudo..

O modelo antigo já estava bastante defasado...

●Estava muito atrasado, até porque grande parte dos currículos na maioria das áreas é das décadas de 60 e 70. Essa defasagem tem sido uma piada, inclusive nos últimos censos realizados pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), no exame nacional de cursos (provão), têm revelado a insatisfação dos alunos em relação aos seus currículos, com a reclamação de que seus cursos teriam muitas disciplinas defasadas no tempo ou que não têm mais sentido..

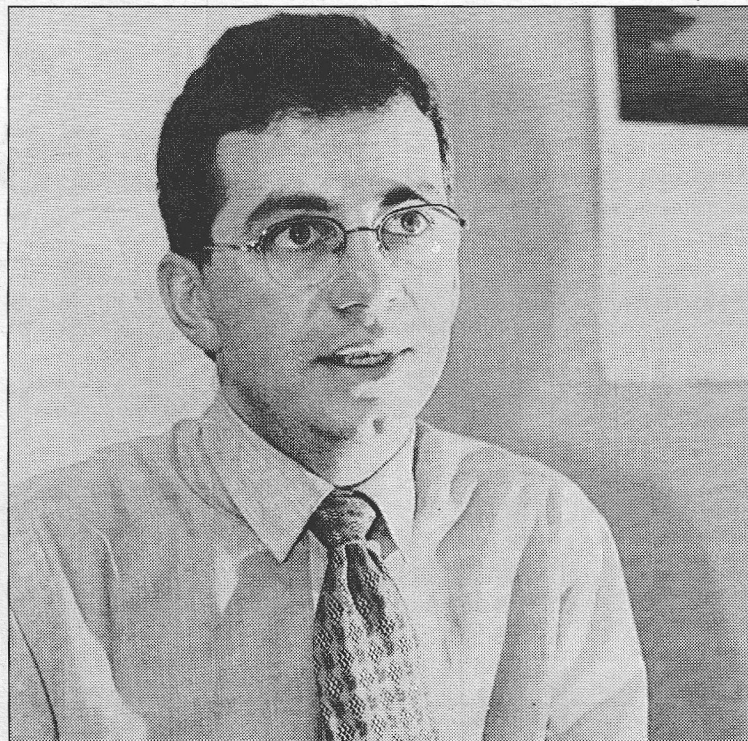
Qual é a consequência desse modelo?

● A consequência disso é a prorrogação desnecessária da permanência do aluno dentro da instituição; desperdício de recursos

currículo voltado para a área prática, com uma visão maior de mercado de trabalho?

●As diretrizes não vinculam diretamente a questão acadêmica à questão de mercado. Ao contrário, até porque a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), no que diz respeito à legislação do ensino superior, desvincula formalmente a formação acadêmica da atuação profissional. O problema das instituições de ensino superior é dar formação acadêmica às pessoas que entram nos cursos. A posse do diploma não significa a imediata entrada no mercado de trabalho. É claro que há uma integração das diretrizes com os órgãos profissionais, mas o mais importante é uma adaptação do tipo de conhecimento e da forma que esse conhecimento é ofertado aos alunos. Não há uma submissão do acadêmico ao mercado. Os órgãos profissionais é que têm que se adaptar a essa nova forma de oferta dos cursos de graduação.

Com essas diretrizes entrando em vigor, o MEC será



Felipe Barra

Quais os cursos que terão mudanças mais significativas?

● Todos os cursos sofreram mudanças significativas, uma vez que todos eles começaram a repensar as competências e habili-

país metas a alcançar?

● A duração dos cursos não é a principal preocupação da Sesu, até porque a idéia que está por trás não é a obrigatoriedade de diminuição do tempo e sim a

meios semestres dos cursos, servindo de ponte para o amadurecimento da reflexão crítica do aluno; como instrumento de tomada de consciência da realidade da área e para que sirva também para nortear o aluno a suas escolhas dentro da grade curricular e poder decidir, por exemplo, no curso de História, se gostaria de trabalhar com licenciatura para se tornar um professor, ou ser um historiador-pesquisador, que são figuras completamente diferentes.

Vai haver diferenciações dentro do mesmo curso, como acontece hoje, quando os estudantes saem licenciados ou bacharéis?

● Outra coisa importante é a possibilidade, que as diretrizes trazem, para que os cursos ofereçam terminalidades claras para os alunos, dando a chance de o estudante escolher em fazer um bacharelado tradicional, mais voltado para pesquisa, visando uma pós-graduação, mestrado

"As diretrizes incentivarão as instituições para que, na hora de montar os currículos, repensem os estágios"

pela perda de tempo e acaba propiciando, por conta desta insatisfação, grande evasão dos cursos.

A flexibilização dos currículos vai fazer com que cada universidade tenha um estudante com perfil diferenciado?

● Cada instituição poderá, se quiser, imprimir uma marca só sua no perfil do indivíduo que estará formando. Não significa que terá egressos diferentes. Por exemplo, um estudante formado em Arquitetura, seja em Brasília, seja em São Paulo, seja no Acre, ou no Nordeste, vai ser um arquiteto, independentemente da instituição que ele tiver formado. Agora, claro que o indivíduo formado no Acre pode ter especificidade de informação que está mais adaptada na sua região ou da instituição onde foi formado. O que não impede que ele, se vier a trabalhar em outras localidades do País, se adapte porque é um arquiteto e conhece sua área. Ele terá todos os requisitos necessários para se adaptar a qualquer realidade, inclusive no âmbito do Mercosul.

As novas diretrizes têm a preocupação de estabelecer um

mais rigoroso para aprovar a solicitação de novos cursos?

● As diretrizes curriculares trazem essa questão da supervisão e avaliação da qualidade dos cursos, que é o papel fundamental do Ministério da Educação e da Sesu. Hoje já temos no ministério um sistema integrado de avaliação da qualidade do ensino superior. No Inep tem o exame nacional de cursos, que avalia um momento determinado da formação; dentro da Sesu existe um exame das condições de oferta dos cursos, ou seja, é uma avaliação feita em cima dos seguintes critérios: analisa a infraestrutura da instituição (bibliotecas, laboratórios, salas de aula, etc), a titulação e a adequação da qualidade do corpo docente e a adaptação curricular às diretrizes curriculares. Ainda no MEC, tem um procedimento na hora da aprovação: os cursos passam por uma verificação de padrões de qualidade que são definidas pelas comissões de especialistas para cada área, onde é colocado o mínimo para o funcionamento de determinado curso. Esses padrões vão levar em conta exatamente a adequação às novas diretrizes curriculares.

dades inerentes a cada um deles. Principalmente a flexibilização da oferta dos cursos. Poderíamos destacar o caso das engenharias, cuja proposta contempla uma superação da visão anterior de determinar claramente na legislação as habilitações possíveis das engenharias. Agora, não. A proposta prevê que os cursos podem ter quaisquer denominações e determina que todos os formados são engenheiros, quer dizer, não regulamenta mais, por exemplo, civil, agrônomo, telecomunicações, porque antes algumas delas estavam dentro de seis grandes áreas e agora existe uma liberdade. Também foi pensado no caso da engenharia, a possibilidade da redução da carga horária, que hoje é de 3,6 mil horas para 3 mil horas. Na área de Administração, onde se pensa a oferta dos grandes tópicos das disciplinas e também a possibilidade de integralização do curso em 700 dias letivos, que daria, aproximadamente, três anos e meio.

A diminuição do tempo de duração dos cursos de graduação seria uma das princi-

manutenção da qualidade dos cursos. E, como diz o próprio parecer 776, do Conselho Nacional de Educação (CNE), as diretrizes não devem permitir aumentos desnecessários das cargas horárias. A idéia é que não se entenda a graduação como aquele momento final que esgota o conhecimento, mas como um momento de formação, onde a área básica tem que ser forte e bem estruturada para que, dentro dos procedimentos de educação continuada, principalmente agora com os cursos sequenciais que estão sendo regulamentados pelo MEC, cada vez mais necessária na atualidade, a graduação seja integrada nessa volta continua dos profissionais aos bancos universitários.

Os estágios também serão reformulados?

● As diretrizes vão sugerir e incentivar que as instituições, no momento da montagem de seus currículos plenos, repensem também os estágios, para que deixem de ser aquela atividade de final de curso, feita após toda a carga teórica, e passe a estar mais integrado a partir dos pri-

ou doutorado — que vai demorar um pouco mais de tempo —, ou ainda decidir pela licenciatura com terminalidade própria, diferentes das licenciaturas atuais, que acabam sendo um apêndice no fim do curso.

Que prazo as instituições de ensino superior vão ter para se adequarem aos moldes das novas diretrizes?

● Essas diretrizes foram discutidas durante cerca de um ano e meio dentro do Sesu, estamos agora na fase final de elaboração das propostas que a Secretaria de Ensino Superior vai encaminhar ao CNE, que depois de recebê-las montará um calendário próprio para voltar a discutir essas propostas. O Sesu deve estar encaminhando isso até o final de agosto. A partir daí o Conselho deve definir as regras de transição e como deve se dar essa mudança para as instituições, que hoje estão no currículo mínimo, para atender às novas diretrizes curriculares.

RICARDO CINTRA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA